

Projeto de microcomércio vai à Câmara

196

O projeto de lei que dispõe sobre a utilização das residências nas cidades-satélites para atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços será enviado amanhã à Câmara Legislativa. A informação foi prestada ontem pelo secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico do DF, Evandro Kalume. O projeto irá através de mensagem do governador.

Kalume explicou que qualquer alteração nos zoneamentos precisa de aprovação da Câmara Legislativa. A proposta foi aprovada pelo Cauma no último dia 3. Caso a decisão seja ratificada pelos deputados distritais, a nova lei não precisará ser regulamentada pelo GDF. "Ela é praticamente auto-aplicável", afirme Kalume.

Regularização — Estima-se que existam, hoje, de 230 a 270 mil empresas informais em todo o DF. A expectativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico é de que até cem mil dessas firmas, chamadas de "fundo de quintal", sejam regularizadas. O fim do zoneamento sócio-econômico é uma das medidas que o Governo pretende adotar para proporcionar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Estender os benefícios do Programa de

Desenvolvimento Econômico (Prodecon) a todas as atividades produtivas é outra estratégia de ação. Segundo Kalume, o setor precisa ter acesso ao "grande comprador", que é o próprio Governo.

O GDF quer assimilar a experiência de alguns estados, como o Ceará, Paraíba e Maranhão, que valorizam a pequena empresa. Estes estados conseguiram acabar com o desemprego e aumentaram a arrecadação. Com um programa de estímulo as pequenas, o Ceará, por exemplo, atualmente adquire todo o mobiliário escolar no próprio estado.

Anistia — O microempresário Jorge Kuriti quer isenção de uma multa de Cr\$ 27 milhões que a Administração Regional da Ceilândia lhe aplicou, por ter uma fábrica de lajes e pré-moldados funcionando em área residencial. A pequena indústria funciona na EQNM 6, conjunto A, casa 39, tem 14 operários e fatura Cr\$ 10 milhões por mês.

Kuriti procurou, ontem, o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico, mas foi recebido por assessores. Kalume disse que, diante da nova diretriz governamental, poderá ser anistiado e assim não pagar a multa. A localização da fábrica deverá, também, ser estudada. Como prevê o projeto aprovado pelo Cauma, a implantação de uma empresa em uma residência depende de uma consulta aos vizinhos. Se o microempresário for rejeitado pela comunidade, o lote poderá ser concedido em um distrito industrial.